

É possível que a experiência australiana, retratada por Ann Moyal, seja a exceção que confirme a regra mais geral de que o modelo de Basalla não tem aplicação mais geral. O desenvolvimento da ciência na Austrália, tanto quanto, possivelmente, o desenvolvimento da ciência dos Estados Unidos, parece terem sido casos de um transplante que acompanha, ainda que com algum atraso, o próprio traslado de contingentes populacionais da Inglaterra para outros continentes. A situação é certamente diferente em países cujas matrizes coloniais estavam há muito afastadas das principais correntes de desenvolvimento científico internacional, e que não davam, portanto, o estímulo e interesse que a ciência naturalmente recebia nestes centros. É bastante claro que este passado adquire grande significação quando, a partir principalmente da Segunda Guerra Mundial, países como Brasil e Austrália tratam de partir para a incorporação, se possível acelerada, da *big science* contemporânea.

Além das questões que levanta para a reflexão, trabalho de Ann Mozley Moyal prossegue, pela análise inteligente de cerca de 140 documentos de fontes britânicas e australianas, uma linha de trabalho iniciada antes nos Estados Unidos (4) e que certamente deveria encontrar seguidores entre nós.

SIMON SCHWARTZMAN.

\* \* \*

LIMA (Heitor Ferreira). — *História do Pensamento Econômico no Brasil*. Coleção Brasileira, volume 360. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1976.

Uma das maneiras corretas de proceder-se à análise do pensamento econômico é considerar três de suas manifestações fundamentais, ou sejam: 1. — o ensino da economia; 2. — a produção intelectual que especificamente versa a economia e 3. — a evolução da política econômica. A abrangência desse universo permite compreender a teoria e a doutrina, sua análise, bem como sua transmissão e prática.

A perspectiva adotada pelo sr. Heitor Ferreira Lima em sua última obra foi essa, pois procura detectar os reflexos de algumas teorias econômicas na realidade brasileira, traduzindo-se portanto, como objeto de estudo, não apenas essa realidade, como também o conhecimento científico que nesse sentido foi sobre ela gerado.

A abordagem adotada pelo autor envolveu, por sua vez, uma postura preliminar, que foi a de aceitar o estudo da teoria e da prática da economia entre nós, como um capítulo da história das idéias, que se desenvolveu a partir da importação de modelos e ensinamentos de escolas estrangeiras, fal-

---

(4). — Nathan Reingold, *Science in Nineteenth Century America* (Hill and Wang 1964).

tando-lhe portanto originalidade, o que ainda mais se agrava, quando se verifica que mesmo como reflexo, essa importação se dá invariavelmente com acentuado retardamento.

Se não logramos produzir um pensamento econômico novo, também a utilização do pensamento alienígena nem sempre se fez com as adaptações que permitissem uma assimilação menos dolorosa e inadequada. Entretanto, é claro, que com certa boa vontade, pode-se conceder que nas últimas etapas dessa pobre história do “nosso” pensamento econômico, houve uma certa autonomização das teorias do subdesenvolvimento, que constitui possivelmente o melhor esforço para essa nunca atingida originalidade.

Bem, em todo o caso, já estava em tempo de se tentar sistematizar, numa visão global, o conhecimento de que dispomos sobre esse objeto de estudo, isto é, a realidade econômica brasileira e as idéias que sobre ela foram produzidas e armazenadas. Nesse sentido, os poucos estudos de historiografia econômica que possuímos são parciais, não compreendendo toda a evolução da economia brasileira.

Aquela tarefa o sr. Heitor Ferreira Lima cumpriu através de um certo ecletismo nos critérios que pretendiam a escolha do material, bem como a bibliografia consultada e generosamente usada como suporte do seu livro.

A soma e organização de informações que nos oferece têm naturalmente um certo alcance de utilidade para a compreensão do tema. Entretanto, nem por isso, chega a fazer um histórico sistemático — o que aliás reconhece — embora o título da obra e a observação de uma seqüência cronológica, bem como ainda o fato de privilegiar os titulares da fazenda pública, em suas — diferentes práticas econômicas, como os grandes fatores da ordem e do pensamento econômico, possam dar ao leitor a idéia aparente de que afinal acabou-se tentando, dessa maneira, acompanhar a evolução da teoria e prática entre nós.

\*

Promovendo o debate científico, que transita por circuitos nem sempre do alcance da maioria da população intelectual do país, a Universidade brasileira acaba por privar essa mesma população — dentro ou fora da Universidade — de acompanhar, com a rapidez necessária, a evolução do conhecimento, com suas controvérsias e novas questões.

Isso, possivelmente, é o que ocorreu com o sr. Ferreira Lima ao escrever esta obra, pois se de um lado recolhe em suas páginas o debate sobre velhas questões da nossa historiografia econômica, como o encilhamento (pág. 131), ou então sobre controversos personagens, como Rui (pág. 135) ou Joaquim Murtinho (pág. 136), de outro não apresenta o estágio atual de problemas substantivos do nosso pensamento econômico, ou melhor dizendo do pensamento econômico no Brasil.

E verdade que muita coisa da produção acadêmica, nem publicada chegou a ser, ficando restrita aos seminários e às comunicações a reuniões científicas.

Entretanto, dessa matéria não se pode ignorar o que tem sido divulgado a respeito de questões como, por exemplo, aquelas referentes aos Tratados de Methuen (pág. 47) e de 1810 (pág. 75), à problemática da substituição das importações, ao dualismo estrutural, ao modo-de-produção colonial, ao processo de industrialização, à distribuição da renda, para citarmos apenas algumas das colocações que tem nutrido o debate.

O que reclamamos do autor, não é tanto de não ter assumido determinada posição crítica em relação a certos eventos, fundamentando convincentemente seu ponto de vista, mas sim de aceitar muitas conclusões — mais ou menos consagradas — sem contudo responder, pelo menos àqueles que não as admitem.

Dessa maneira, poderia ter recolhido o estágio atual da discussão sobre cada questão, sem prejuízo da sua posição pessoal o que daria não só um toque de atualidade à obra, como um sentido mais dinâmico a um texto que tem as idéias, como um dos seus objetos.

Voltando ao problema da produção acadêmica, outras observações críticas podem ser acrescentadas. Assim, no capítulo II do livro, ao tratar da “Evolução do pensamento econômico em Portugal”, na verdade praticamente nada acrescenta ao que a historiografia já levantou a respeito. Estudando o trabalho intelectual da Academia das Ciências de Lisboa, poderia ter registrado o fato de que há um acervo de *Memórias* não publicadas, entre as quais algumas que dizem respeito especificamente ao Brasil. O seu simples registro poderia servir de indicação ao leitor mais interessado, como também, com a mesma finalidade, poder-se-ia apontar a legislação portuguesa do século XVIII, como fonte fundamental para conhecimento e interpretação do pensamento econômico em Portugal da época. Quanto aos memorialistas, apontados como os “melhores representantes” do fisiocratismo ilustrado, em trabalho recente, ainda não publicado, Fernando Novais mostra com sutileza analítica, que se alinhavam antes como pragmáticos e cientificistas, utilizando com certa flexibilidade as fórmulas mercantilistas e tendo antes uma postura eclética que não deve ser confundida com uma adesão sistemática à fisiocracia (\*).

Ao nível da bibliografia é que se ressentem também o tratamento apressado, quando não a simples omissão, como é o caso, para citarmos apenas um exemplo, do autor português Vitorino Magalhães Godinho, de grande expressão em sua história econômica, mas entretanto não utilizado na bibliografia.

No que diz respeito ao Brasil, é difícil aceitar uma História do pensamento econômico, marcada pela preocupação historiográfica, que não se detenha sobre a significação que tem nesse sentido, em nossa evolução, a obra e a ação de um autor como Celso Furtado, que aparece neste livro apenas *en passant* (págs. 81 e 171).

Nessa mesma linha de idéias, seria exigir muito, em todo o caso o registro da contribuição revisionista que vem sendo dada para a história econômica do Brasil (séculos XIX e XX), pelo grupo de economistas da Univer-

sidade Estadual de Campinas (UNICAMP): Maria Conceição Tavares, Antônio Castro, Carlos Lessa, João Manual C. Melo, Wilson Cano e Sérgio Silva, merecia ser feito, ainda que vários dos seus trabalhos não tenham sido publicados, mas largamente discutidos nos círculos acadêmicos.

Para uma obra, que pela ausência de bibliografia a respeito do tema, pode tornar-se de referência, é deplorável que chegue às mãos do leitor com passagens como aquela que se encontra na página 138, onde se afirma *ipsis litteris*:

“Não podemos tomar os Estados Unidos da América do Norte como tipo, por não termos as aptidões superiores da sua raça, força que representa o papel principal no seu progresso industrial”.

A despeito de esclarecer que resumiu “trechos de trabalhos alheios” (pág. 3), e ainda que não lhe pertença aquele conceito racista pois à pág. 137 é citado um trabalho de Virgílio Correa Filho que parece fundamentar o ex-certo em que está inserida a frase, é indesculpável o seu aproveitamento sem qualquer reparo crítico.

Na verdade, insistindo-se na crítica bibliográfica, verifica-se que se utilizando nem sempre direta, mas largamente de uma bibliografia, que em vários momentos está longe de ser a que melhor responde sobre cada assunto específico, o autor não tem maiores preocupações em aspar as idéias que não lhe pertencem.

Dessa maneira, embora coloque, com freqüência, as citações e registros de que se trata de resumo de um trecho alheio (págs. 12, 42, 47, 53, 102, 121 e 176), ao leitor restará a difícil e em certas passagens impossível, tarefa de distinguir qual é o pensamento do autor em relação ao dos outros escritores, bem como quando é que ela endossa ou não os conceitos que manipula.

Para evitar que se acabe dando a esta resenha o tom de um exame universitário, deixamos de lado outras observações, que eventualmente poderiam também contribuir para que o livro tivesse outro alcance.

JOSE ROBERTO DO AMARAL LAPA.

\* \* \*

\*

WEHLER (Ulrich-Hans). — *Geschichte als historische Sozialwissenschaft*. Frankfurt am Main. Suhrkamp, 1973. Edition Suhrkamp 650.

Hans-Ulrich Wehler, professor de História Contemporânea da Universidade de Bielefeld, realiza em *Geschichte als historische Sozialwissenschaft* uma excelente obra de síntese sobre principais problemas de Teoria da História.

---

(\*). — Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo. 1972 (Mimeografado).